

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3537125920220617232219

Processo **0800975-31.2020.8.23.0047** ☆ - (634 dia(s)
em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Prioridade: **PROCESSO AUTOINSPECIONADO - ANO 2021**

Selos:

Simplificar: <https://simplificar.tjrr.jus.br/fluxos-da-area-judicial>

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar
Movimentos
de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro
MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar
Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem
Arquivo

☐ Hab.
Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

102 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 102

500 por pág. ▼

1

Seq.

Data

Evento

Movimentado Por



102

17/06/2022 23:22:19

JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA
PROCEDENTE A AÇÃO (31/05/2022)

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
Procurador

102.1 Arquivo: Petição

Ass.: JOAO ALVES
BARBOSA FILHO



2755026EMBARGODECLARACAOSENTENCA1AINST01.pdf

Público

LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios
do Seguro DPVAT S/A) em 10/06/2022 com prazo de 15 dias úteis
*Referente ao evento (seq. 96) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO
(31/05/2022) e ao evento de expedição seq. 97.

101

11/06/2022 00:03:02

SISTEMA CNJ

100

01/06/2022 10:31:17

RENÚNCIA DE PRAZO DE EVANILDO DA SILVA MAGALHÃES
Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (31/05/2022)

VALDENOR ALVES GOMES
Advogado

LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

(Pelo advogado/curador/defensor de EVANILDO DA SILVA
MAGALHÃES) em 01/06/2022 com prazo de 15 dias úteis *Referente
ao evento (seq. 96) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (31/05/2022) e
ao evento de expedição seq. 98.

99

01/06/2022 10:31:11

VALDENOR ALVES GOMES
Advogado

EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Para advogados/curador/defensor de EVANILDO DA SILVA
MAGALHÃES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq.
96) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (31/05/2022)

98

31/05/2022 22:18:53

Luciana de Freitas Pereira da
Silva - SJRI
Analista Judiciária

EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis -
Referente ao evento (seq. 96) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO
(31/05/2022)

97

31/05/2022 22:18:53

Luciana de Freitas Pereira da
Silva - SJRI
Analista Judiciária



96

31/05/2022 18:36:00

JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO

Liliane Cardoso
Magistrada

95

31/05/2022 09:52:03

CONCLUSOS PARA SENTENÇA
Responsável: Liliane Cardoso

MARCOS ANTONIO DEMEZIO
DOS SANTOS
Analista Judiciário



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINOPOLIS/RR

Processo: 08009753120208230047

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **EVANILDO DA SILVA MAGALHAES**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decisor.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão quanto a ausência de nexo causal amplamente informada na manifestação ao laudo.

DA AUSENÇA DE NEXO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Verifica-se que não foi acostado aos autos BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO na data do acidente. Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba

que toda documentação carreada aos autos, em especial em razão da ausência de boletim de primeiro atendimento médico, aponta no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada, devendo-se esclarecer se de fato há nexo causal.

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, qual seja o marco inicial para a contagem dos juros de mora, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 15 de junho de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR